

XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
XIII ENANCIB 2012

GT 6 – INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E TRABALHO

ÉTICA PROFISSIONAL E AUTOAVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE BENEFICÊNCIA
OU MALEFICÊNCIA DO TRABALHO REALIZADO PELO BIBLIOTECÁRIO
ATUANTE EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS, EMPRESARIAIS E UNIVERSITÁRIAS EM
SANTA CATARINA: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA.

COMUNICAÇÃO ORAL

Francisco das Chagas de Soluza - UFSC
Francisca Rasche - EMBRAPA
Daniella Camara Pizarro - Faculdades Borges de Mendonça
Katiusa Stumpf - UFSC

chagas@cin.ufsc.br

ÉTICA PROFISSIONAL E AUTOAVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE BENEFICÊNCIA OU MALEFICÊNCIA DO TRABALHO REALIZADO PELO BIBLIOTECÁRIO ATUANTE EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS, EMPRESARIAIS E UNIVERSITÁRIAS EM SANTA CATARINA: uma perspectiva comparativa.

Resumo. Aborda a ética profissional com o objetivo de comparar as manifestações de bibliotecários catarinenses, atuantes em bibliotecas públicas, empresariais e universitárias, quanto ao potencial de beneficência ou maleficência de sua atuação junto aos seus públicos. A análise foi realizada pela composição de resultados de três dissertações de mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina através do Programa de Pesquisa sobre Ética Profissional Bibliotecária no Brasil, tendo foco no Estado de Santa Catarina. O desenvolvimento das três pesquisas teve como fundamentação teórica e metodológica, três teorias de cunho social e psicossociológico: o Construcionismo Social, de Berger e Luckmann; o Processualismo Figuracionista, de Elias e as Representações Sociais, de Moscovici. Trabalhou-se com discursos coletados junto aos bibliotecários dos respectivos tipos de bibliotecas, adotando-se como instrumento principal a entrevista. A adoção da entrevista foi determinante para a escolha da técnica de tratamento e análise dos dados: o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), de Lefèvre e Lefèvre. Da análise dos resultados apreciados, concluí-se que o tipo de biblioteca e seus públicos têm peso significativo na conduta ética do profissional, deixando em aberto a questão acerca da possibilidade de um Código de Ética para a profissão atender a toda a categoria bibliotecária.

Palavras-chave: Ética profissional; Ética bibliotecária;

Abstract. It discusses professional ethics in order to compare the expressions of Santa Catarina state librarians, working in public libraries, university and business, about the potential of beneficence or maleficence of their work with their publics. The analysis was performed by composing the results of three master dissertations in the Graduate Program in Information Science of the Federal University of Santa Catarina through the Program for Research on Professional Ethics Librarian in Brazil, with focus on the state of Santa Catarina. The development of three research was theoretical and methodological supported by three theories of social and psychosocial: Social Constructionism, of Berger and Luckmann; the Figurational processualism, of Elias and Social Representations, of Moscovici. It worked with speeches collected from the librarians of the respective types of libraries, adopting the interview as the main instrument. The adoption of the interview was decisive for the choice of treatment technique and data analysis: the Collective Subject Discourse (DSC), of Lefevre and Lefevre. Analysis of the results examined, it was concluded that the type library and its public have a significant value on ethical conduct of business, leaving open the question about the possibility of a Code of Ethics for the profession to meet the entire category librarian.

Keywords: Professional Ethics; Librarianship Ethics;

1 INTRODUÇÃO

A ética profissional do bibliotecário é um tema desafiador e que aponta para enormes dificuldades, sobretudo quando trata de ambientes humanos submetidos à ampla complexidade social e econômica em acelerada transformação.

Vê-se que nos últimos vinte anos o Brasil tem adquirido complexidade econômica equiparável em PIB, em acesso escolar, em diversidade dos fatores de produção, etc. aos Estados Unidos da América (EUA) dos anos 1930. É impreciso afirmar que a natureza dos problemas seja similar. Sabe-se, entretanto, que o modo como as pessoas e profissionais reagem à realidade do Brasil, sendo brasileiras e estando no Brasil e o fazem nos Estados Unidos da América, sendo americanos e estando nos EUA se distingue tendo em conta os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais etc. de cada contexto.

Valores sociais e condutas morais estão em situação de diálogo no tempo presente e, especialmente, no universo de total integração comunicacional (CHRISTIANS, 1991, p. 6), esses valores e condutas, ainda que situados nos espaços nacionais, envolvem relações internacionais e mútuas interferências.

Além dessas considerações iniciais, cabe observar que o esforço dos bibliotecários dos EUA em dispor de seu Código de Ética Profissional conta com mais de um século, pois tem início em 1903 e coloca-se como a primeira iniciativa dessa natureza. Através de Shields (1991), sabe-se um tanto dessa história, de alguns de seus desdobramentos até 1981, do teor de algumas das disposições contidas nos Códigos que vieram se modificando, etc. Afirma ele que:

Em 1903, Mary W. Plumer foi autora de um [Código de Ética], em 1922, Charles Knowles Bolton formulou uma revisão aprovada pela ALA; em 1929, um descontentamento com o documento veio à tona com a proposição de um código que definhava e nunca foi ratificado. [...]. De 1968 a 1981, foi uma luta constante para apresentar um código que pudesse ser aprovado pelo Conselho da ALA. [...] Na convenção da ALA em 1981, uma revisão de um Código de Ética Profissional foi aprovado. É um documento sucinto, informativo e moralista em suas exortações para a conduta profissional. [...] (SHIELDS, 1991, p. 22)

Esse recorte do texto de Shields tem o propósito de mostrar no momento inicial deste texto a expressão de valor e sentido de um Código de Ética Profissional, como instrumento de orientação à conduta em seu trabalho. Se pelo termo *valor*, pode-se entender o resultado de um julgamento que um Grupo Profissional constrói em torno do que é relevante em sua ação para afirmar isso (essa relevância) no Código, uma vez registrado isso nesse instrumento ele está estabelecendo, simultaneamente uma condição em torno da utilidade do Código de Ética para o grupo como todo e para cada um de seus membros. Se pelo termo *sentido*, pode-se entender a interpretação que o Grupo dá ao modo como cada profissional deve agir, isto é, de

como cada um conduzirá suas práticas e ações profissionais, uma vez isso registrado nesse instrumento ele estará estabelecendo, simultaneamente, uma condição em torno da aplicabilidade do Código de Ética por parte de cada bibliotecário.

Mas essa aplicabilidade resultante do sentido implica no julgamento da realidade que o bibliotecário encontra em cada ambiente onde atua. Entretanto, isso não torna sem efeito o valor do Código de Ética Profissional, pois os valores que ele propugna seriam “mais universais”, isto é, se o Código propugna que todo usuário e qualquer, independentemente de circunstâncias éticas, religiosas, econômicas, políticas, étárias, escolares etc. deve ser assistido por um profissional bibliotecário, isso pode ser traduzido que o valor “atenção à pessoa humana” estará dado como relevante para nortear a ação profissional. Provavelmente, no universo prático, por exemplo, em uma biblioteca técnica industrial o respeito à circunstância etária não alcançará no ambiente de estudo e leitura a presença de crianças como público imediato e, por isso, certas demandas diretas de informação não se manifestarão em todos os tipos de ambientes bibliotecários.

Desse modo, o Código de Ética ao estabelecer os *valores* ou o que é relevante para o exercício da profissão e o *sentido* ou as condutas práticas ele está dando um instrumento para aproximar os profissionais e assegurar a formação de uma identidade dessa profissão junto à sociedade. Dessa forma, a sociedade saberá que essas pessoas deveriam conhecer e partilhar compromissos que as orientam em torno de valores e modos de agir, tornando verificáveis e comparáveis suas ações em distintos espaços e diferentes tempos.

Evidentemente, a diversidade de públicos e as mudanças sociais, políticas e econômicas requererão a atualização e adaptação dos Códigos de Ética Profissional. Por essa razão, é admissível que a atuação e postura dos bibliotecários atuantes em organizações do setor público, empresarial e universitário reflitam distinções e sejam percebidas diferentemente pelos bibliotecários que atuam nesses setores. É essa a questão central desse trabalho. O objetivo proposto é comparar as manifestações de bibliotecários catarinenses, atuantes em bibliotecas públicas, empresariais e universitárias quanto ao potencial de beneficência ou maleficência de sua atuação junto aos seus públicos.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste estudo que ora se apresenta, fez-se a integração de resultados construídos através de um Programa de Pesquisa sobre a Ética Profissional Bibliotecária no Brasil, com foco no Estado de Santa Catarina. Do conjunto dos trabalhos já realizados, foram incorporadas três dissertações de mestrado desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em

Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A primeira, defendida em 2005 por Rasche, aborda a Ética Profissional em Biblioteca Pública; a segunda, defendida em 2010 por Pizarro, aborda a Ética Profissional do bibliotecário atuante em organizações empresariais; a terceira, defendida em 2012 por Stumpf, aborda a Ética Profissional em Biblioteca Universitária.

Para a realização da primeira pesquisa, foram ouvidos 12 bibliotecários, no período de maio a julho de 2004. A pesquisa foi ambientada na Grande Florianópolis; para a realização da segunda pesquisa, foram ouvidos nove bibliotecários, no período de fevereiro e março de 2010. A pesquisa foi ambientada em empresas de médio e grande porte nas cidades de Florianópolis e Joinville; para a realização da terceira pesquisa, foram ouvidos 10 bibliotecários, no período de 02 de fevereiro a 07 de março de 2012. A pesquisa foi ambientada na cidade de Florianópolis, nas bibliotecas centrais da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade do Estado de Santa Catarina.

O desenvolvimento das três pesquisas teve como fundamentação teórica e metodológica, três teorias de cunho social e psicossociológico. A primeira delas trata-se do construcionismo social, estruturada por Berger e Luckmann que se refere a uma abordagem fenomenológica, através da qual o indivíduo expõe as percepções que adquire dos fenômenos que lhe cercam o dia a dia de suas relações sócio profissionais. A segunda trata-se do processualismo figuracionista de Elias a qual diz respeito ao reconhecimento de que as transformações nos indivíduos e sociedades, que são partes inseparáveis de dada realidade, se dão continuamente, como decorrência histórica no movimento de dada sociedade, mas de maneira não necessariamente linear, compondo ajustes ou diferentes formas de manifestação ou (con)figuração. Isso se manifesta igualmente nas práticas e ações profissionais e pessoais desses indivíduos, seus grupos profissionais em diálogo com todos os demais indivíduos e grupos. A terceira trata-se das representações sociais de Moscovici. Segundo essa teoria as ações produzidas pelos indivíduos em sociedade são marcadas por sua inserção em um mundo simbólico e comunicacional constituído pelos saberes produzidos em sentido comum, representando sua base mais ampla de inserção na sociedade, determinando-lhe como pessoa e pelos conhecimentos mais especializados, um saber reificado, que estabelece os recortes profissionais ou técnicos os quais dialogam permanentemente com o saber do senso comum. Ambas as categorias de saber constituem representações de mundo e valores utilizadas pelos indivíduos para expressar e situar o mundo social e mental em que está inserido.

As teorias acima destacadas dão aos estudos realizados o caráter de trabalho qualitativo, isto é, nos quais a abordagem dos respectivos objetos, ou seja avaliações das

prática de profissionais bibliotecários na relação com os usuários de distintos ambientes, exigia a obtenção de discursos dos informantes. A coleta de discursos realizada nos três estudos teve como instrumento principal a entrevista. A entrevista de acordo com Poupart (2008) A adoção da entrevista, se determinada pela escolha teórica foi, de outro lado, determinante da escolha da técnica de tratamento e análise dos dados. Essa técnica foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), construída por Lefèvre e Lefèvre (2005) que se trata de um aparato configurado como uma técnica de análise de discursos. De fato, é um recurso de base semiótica que dá condições de se explorar três aspectos fundamentais de qualquer discurso falado, escrito ou figurativo. No caso da entrevista, como texto oral-escrito de emissão primária do informante quando responde aos quesitos que lhe são apresentados, o DSC permite ao analista a execução das seguintes operações: 1 - localização e extração de expressões-chave (ECH) contida na manifestação, isto é, parágrafos ou trechos mais longos em que o informante traça reflexões em torno das ideias suscitadas como resposta; 2 – a identificação das ideias centrais (IC), ou seja, atribuição de termos que possam sinteticamente expressar o conteúdo exposto nas ECH. Os termos permitem ao analista a condição de verificar as ideias que se manifestam dispersamente no conjunto das respostas, facilitando reunir o que tem semelhança e o que é único. Assim, quando todas as IC são levantadas, o analista tem condições de retornar às ECH e às próprias respostas, como o propósito de reconstruir o texto que expõe como uma construção coletiva o Discurso, ou DSC, produzido pela totalidade dos informantes. Uma vez reconstruído o Discurso Coletivo, o analista tem diante de si um material relevante para interpretar, buscando destacar dele o que há de representações nessa síntese do conjunto de discursos obtidos. Essas representações constituirão a expressão de valores assumidos, em geral, de forma não consciente pelos informantes. Podem ter origem ideológica, filosófica, religiosa ou outra e têm, em si, o caráter de âncora sustentadora do pensamento do grupo. A interpretação do analista constitui o resultado do trabalho realizado e a partir dela poderá chegar ao novo patamar da questão, formulando suas considerações finais relativamente à pesquisa empreendida.

Na realização da coleta de dados da primeira pesquisa, o formulário de entrevista contou com sete questões, sendo que as questões 2, 3 e 6 desdobraram-se, acrescentando ao final mais cinco quesitos, perfazendo 12 questões; na realização da coleta de dados da segunda pesquisa, o formulário de entrevista contou com sete questões; na realização da coleta de dados da terceira pesquisa, o formulário de entrevista contou com oito questões.

Para a composição deste texto que ora se apresenta foi feita a extração dos discursos registrados nos anexos das três dissertações, por conterem a transcrição completa das

entrevistas coletadas, das respostas dadas para a questão 2.1 (*Você acredita que na realização do seu trabalho, o modo como desenvolve suas atribuições pode implicar em prejuízos a outrem? Poderia descrever uma situação?*) na primeira pesquisa; para a questão 2 (*Quais benefícios e quais prejuízos o seu trabalho pode produzir sobre as pessoas? Afeta positivamente ou negativamente?*) na segunda pesquisa e para a questão 7 (*Diga qual o impacto social do seu trabalho, isto é, quais os benefícios e os males que pode produzir para a população?*) na terceira pesquisa. A escolha dessas questões está diretamente relacionada com o objetivo deste estudo, isto é, uma perspectiva comparativa das representações que os bibliotecários têm de seu potencial de produção de beneficência ou maleficência na atuação que realizam junto a seus usuários.

3 FUNDAMENTAÇÃO DA DISCUSSÃO

As discussões realizadas nas pesquisas que dão base ao estudo aqui exposto tiveram como referência as teorias expostas no tópico anterior. Entretanto, há aspectos conceituais que são de grande relevância para ser também trazidos nesta etapa. Estes aspectos dizem respeito às características dos ambientes de atuação dos bibliotecários. Na medida em que cada tipo de biblioteca se reporta a um determinado público e atende a demandas correlacionadas a esse público, pode-se dizer que tem natureza própria. Embora certas demandas de informação ou suportes possam ser encontrados por qualquer usuário em quase todos os tipos de bibliotecas, há fatores relativos à sua gestão ou à localização da biblioteca que são restritivos. Isso é reconhecido pelo consenso profissional bibliotecário e se expressa em diferentes manifestos internacionais elaborados pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA, na sigla em inglês) direcionados a diferentes tipos de bibliotecas. Assim, pode-se compreender que bibliotecas de naturezas diversas estão inseridas em comunidades que se organizam com finalidades distintas quanto aos resultados que buscam atingir com suas ações e isso determinará diferentes formas de atuação dos bibliotecários e, por isso, percepções de distintas formas de conduta profissional.

3.1 ATUAÇÃO PROFISSIONAL E CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO

Alguns fatores ligados ao contexto mais amplo da sociedade têm influência no funcionamento dos recursos que as pessoas utilizam para atingir suas metas como indivíduos e como coletividade. Quando se considera que a biblioteca é um desses recursos e busca-se conhecer em profundidade cada tipo de biblioteca como parte de um mercado de trabalho para

o bibliotecário, se percebe particularidades que distanciam as bibliotecas de um mesmo tipo entre si, quanto a recursos financeiros, localização geográfica e cultural, amplitude etária, entidades mantenedoras, finalidades do patrocinador, etc.

Assim, há Bibliotecas Públicas, Empresariais e Universitárias que atendem populações qualitativa e quantitativamente muito distintas. Públicos que vão de um número muito pequeno, abaixo de uma centena a milhares de usuários. Nessa condição, diz-se que a realidade do mercado profissional exige competências e habilidades do bibliotecário que interferem na sua prática e estabelecem circunstâncias que exigem a interpretação em torno de como não agir, agir bem ou ignorar prescrições de certa natureza ética, às vezes acentuando conduta pragmática consequencialista, isto é, corre-se o risco de ferir regras estabelecidas por apostar que bons resultados *a posteriori* justificariam uma decisão assim tomada e outra vez dando relevância à conduta deontológica, ou seja, seguir rigorosamente às regras dispostas.

3.1.1 - Biblioteca pública como mercado profissional

No Estado de Santa Catarina existe um mercado potencial de bibliotecas públicas para o bibliotecário. Este mercado está constituído pelo governo do Estado e pelos governos dos 293 municípios. Em função da existência de um número significativo de municípios com populações muito pequenas, de 2.000 a 5.000 habitantes, muitos gestores desses arguem da impossibilidade financeira de dispor de bibliotecários nas bibliotecas neles existentes, quase sempre dotadas de acervos, espaço físico e tecnologia de informação precários. Igualmente, municípios com populações superiores a 200.000 habitantes, em geral, dispõem de apenas uma biblioteca instalada no centro da cidade, nem sempre com a presença de bibliotecários.

Essa concorrência do bibliotecário com todo tipo de pessoa a quem é atribuída a responsabilidade de gerir e dar dinamicidade à biblioteca pública exhibe um campo a ser ocupado. Essa ocupação depende, então, de um movimento ético-profissional, liderados pelas entidades representativas dos bibliotecários, que se apresente aos dirigentes no sentido de instá-los atender a um direito básico de todo indivíduo, postulado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), incorporado no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), e mundialmente assumido pela UNESCO, através do Manifesto da IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas (1994).

3.1.2 - Biblioteca empresarial como mercado profissional

Se o mercado profissional para o bibliotecário é restrito nas bibliotecas públicas em Santa Catarina, ele é praticamente inexistente na empresa privada, onde majoritariamente não há setores com a designação biblioteca. Em geral, os setores que compõem uma empresa privada são tratados como parte dos custos operacionais da organização e espera-se que no resultado final de todo o processo, feitas as contas, cada assim chamado centro de custo, tenha gerado ganho em relação ao valor nele investido. Apesar do propalado valor da informação para o desenvolvimento de qualquer negócio, a invisibilidade da informação na geração da lucratividade da empresa nem sempre é facilmente demonstrável.

De outro lado, o conjunto de organizações em diversos segmentos: indústria, comércio, serviços, é composto majoritariamente por pequenas unidades, em que predomina o uso de processos informais de captação de informações. Tratando apenas de um indicador para se ter a noção do porte das organizações em atividade no Estado, tome-se o número de pessoas ocupadas por unidade. De acordo com dados do IBGE, de 2010¹, referentes ao número de pessoas atuando em Santa Catarina em *Empresas e outras organizações*, constata-se que num total de 265.370 unidades, já excluídas aquelas cuja atividade principal é *Administração pública, defesa e seguridade social*, em 200.894 unidades, ou seja, em 75,70% delas há menos de 10 pessoas ocupadas. Isso sugere, portanto, que a principal fonte de busca, processamento e armazenamento da informação é seu usuário final. Nesse caso, as poucas organizações que contratam bibliotecários têm uma grande expectativa quanto aos resultados que seu trabalho possa proporcionar.

3.1.3 - Biblioteca universitária como mercado profissional

Depois que foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), identificada como Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) e que foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para orientar os Cursos em nível superior em todas as áreas de conhecimento, viu-se uma acelerada expansão nacional do número de faculdades, institutos, centros de ensino e universidades, alcançando ao final de 2009 um número superior a 2.300 estabelecimentos em todo o país². Não diferente do que ocorreu em outros estados da

¹ Fonte da consulta, em 18/6/2012: **IBGE – SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática**, em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/cempre/default.asp?t=2&z=t&o=12&u1=33&u3=1&u4=1&u5=1&u2=33>, para pessoal ocupado e em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/cempre/default.asp?t=1&z=t&o=12&u1=33&u2=33&u3=33&u4=1&u5=1>, para empresas e outras organizações.

² Conforme informação publicada em janeiro de 2011 pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior em: <http://www.abmes.org.br/abmes/noticias/detalhe/id/28>

federação brasileira, Santa Catarina também contou com a expansão de sua rede de ensino superior.

A implementação de uma política de educação facilitada pela Lei nº 9.394/96, exigiu a criação de instrumentos de avaliação dessa expansão, impondo ainda que precariamente a exigência de que as instituições mantenedoras dos cursos, bem como as instituições como um todo, investissem na instalação de Bibliotecas para dar suporte às suas atividades. Isso, como em todo o Brasil, possibilitou a expansão do mercado profissional para o bibliotecário de Santa Catarina. Assim, nos últimos dez anos houve uma espécie de interiorização da profissão neste estado. Além disso, em cidades maiores, que dispunham de estabelecimentos de ensino secundário da rede privada, com certo poder econômico, notadamente na capital, as bibliotecas escolares passaram a assumir duplamente também a função de bibliotecas universitárias, com a aceitação de parte dos bibliotecários.

Se de um lado, houve uma expansão de mercado, de outro se reduziu a uma mera preciosidade o conceito internacionalmente estabelecido de Biblioteca escolar, particularmente, referendado pela UNESCO ao associar-se ao Manifesto sobre a Biblioteca Escolar elaborado pela IFLA (1999).

4 ATUAÇÃO PROFISSIONAL E POSTURA IDEAL: a ética profissional

A noção de ideal em geral está associada com a racionalização. Japiassu e Marcondes (1993, p. 126) expõem que a noção de “ideal se refere a uma ideia e não a uma realidade empírica” ou de outro lado a um “modelo perfeito que se postula com guia ou orientação para uma determinada conduta ou ação”.

Visto dessa forma, o Código de Ética profissional do bibliotecário brasileiro (2002), tal como está hoje, se coloca como representante da segunda definição, isto é, um guia perfeito para orientar a conduta do bibliotecário, porém sustentado pelo que contém a primeira definição, ou seja, uma ideia e não uma realidade. E ele se coloca dessa forma, especialmente pela idade de sua elaboração inicial, por sua estrutura e pelo fato de que as modificações que teve não lhe modificaram nem na estrutura, nem na forma. Assim, parece um documento estranho, nem sempre inserido no conjunto de instrumentos profissionais do bibliotecário, o que de certo modo seria.

Assim, ao ser tomado como fruto de uma idealização fica prejudicada a sua eficácia como orientação da postura profissional, no dia a dia da prática. Suas disposições, que têm um caráter prescritivo, isto é, que se colocam como normas a serem seguidas tendem a ser desconhecidas, implicando em que a postura da maior parte dos profissionais atuantes no país,

por essa situação já estarem a se conduzir involuntariamente de forma antiética. O simples fato de não conhecer adequadamente e de não adotar efetivamente o Código existente para orientar a sua prática, mas de ter obtido o registro junto ao Conselho de Biblioteconomia colocam a entidade e o bibliotecário numa situação que se pode caracterizar um dilema ético. O que poderia ser uma banalidade se transforma em algo que denega valor e sentido à prática profissional. A grande maioria dos bibliotecários, desse ponto de vista, não teria do que reclamar e a quem reclamar se seu primeiro dever profissional que é de conhecer os instrumentos reguladores de sua atuação está sendo deliberadamente ou não por eles rejeitado.

5 ATUAÇÃO PROFISSIONAL E POSTURA POSSÍVEL: dever agir e poder agir

Na discussão da ética, ou melhor, da moral, que é do que tratam os Códigos de Ética profissional, se vê outras possibilidades de compreensão que vêm da produção do saber filosófico. Em contraste com a moral como uma racionalização, idealização ou um platonismo, uma abstração, oposta à vida, Nietzsche (2012, p. 47) a vê em sua origem como “a expressão das condições de vida e de crescimento de um povo, o seu instinto básico de vida”. Como isso poderia ser transportado para orientar a atuação profissional? Pensando que todas as formas de participação na sociedade tendem para estar reguladas, que progressivamente são estabelecidas leis para discriminar todas as maneiras de se portar diante da realidade, o pensamento sobre essa liberdade plena de viver e agir da cada grupo e de cada um parece que se torna claramente em declínio, como contributo civilizatório. Elias (1993) afirma que a civilização resulta da aceitação pelo homem em conter-se, em controlar por si mesmo os seus impulsos. Isso, também parece assim para Durkheim (2002), ao intuir que os indivíduos ao não estabelecerem regras para orientar sua ação ficam subordinados à força coletiva. Para ele a regulação do que é específico não é assumido pela força coletiva, ficando o indivíduo “abandonado a si mesmo” (p. 9). Então acentua:

Na medida em que o indivíduo é abandonado a si mesmo, na medida em que ele está livre de toda coerção social, ele está livre também de toda coerção moral. A moral profissional não poderia se furtar a essa condição de toda moral. Uma vez, então, que a sociedade em seu conjunto é desinteressada dela, é preciso que haja na sociedade grupos especiais no interior dos quais ela se elabore e os quais velem por que ela seja respeitada. Esses grupos são, e só podem ser, os grupos formados pela reunião dos indivíduos da mesma profissão, ou grupos profissionais. (p. 9)

Evidenciam-se aí duas visões de realidade que colocam, de um lado, uma sociedade livre de todas as amarras e de outro uma sociedade regulada por fonte de regulação geral, dada pela força coletiva. Mas a força coletiva tenderia, isso pensa Durkheim, a ser uma força cega, sem condições de distinguir o que é individual. Ora, grupos profissionais enquanto tais são indivíduos coletivos, no espírito do que pensava Hobbes (2009). E nesse corpo coletivo estão os indivíduos civis, isto é, cada pessoa constituída com tal.

Nesse sentido, o dever agir e poder agir sofre múltiplas possibilidades de entendimento. Numa visão mais próxima da realidade do bibliotecário brasileiro, o pensar em dever agir está quase sempre em relação ao atendimento de demandas de informação. Tende a ser correspondida com posturas díspares num mesmo ambiente, isto é, da biblioteca pública, por exemplo; ou quase sempre distinto quando os tipos de bibliotecas ou unidades de informação são diferentes. Ser pragmático e/ou consequencialista ou ser deontologista é uma questão de crença pessoal, de escolha pessoal, indiferente ao valor que possa ter o Código de Ética vigente. Nesse aspecto predomina poder agir. O poder agir que advém da escolha do bibliotecário ou poder agir como consequência da forma pela qual o usuário ou patrocinador-mantenedor da biblioteca determina. Nessa dimensão o bibliotecário fica entregue a si mesmo, pois se ele toma o Código como inoperante muito mais assim o considerará o seu empregador ou chefe.

No entanto, uma apreciação do atual Código de Ética do bibliotecário brasileiro (CEBB) (2002) aponta para um elenco de valores nele constantes, que vão para além da idealização, pois são decorrentes da experiência acumulada durante as décadas que antecederam a sua consolidação. E nesse sentido, ele seria “a expressão das condições de vida e de crescimento” do contingente de bibliotecário que foi sendo formado ao longo de cinco décadas, no espírito da ideia de Nietzsche. Evidentemente para continuar a respeitar esse espírito ele poderia ser tratado como instrumento aberto a melhorias, com uma frequência maior de atualizações, ou melhor, com a mudança de sua estrutura superando o caráter prescritivo-normativo. Uma mudança dessa ordem talvez tornasse menor sua possível rejeição e mais propício a facilitar a discussão do que ele é. Se isso faz algum sentido, como proposição, viria do fato de que sobre os principais valores neles expressos não se possa contestar, mas talvez acrescentar.

Examinando o seu texto, encontram-se como expressão de sentido, ao menos dez formas de definir a postura desejável de ser empregada pelo bibliotecário brasileiro, quando no exercício de suas atividades. Essas dez formas podem ser agrupadas em torno dos cinco

valores mais amplos de: dignidade, respeito, responsabilidade, compromisso e solidariedade, conforme se vê no quadro 1.

Quadro 1 – Valores e posturas profissionais apontados no Código de Ética do Bibliotecário brasileiro

VALORES	POSTURA DESEJÁVEL
Dignidade	Dignificar a profissão
Respeito	Respeitar o valor da ciência Respeitar o valor da técnica Respeitar as leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão Respeitar as atividades dos colegas bibliotecários Respeitar as atividades de outros profissionais atuantes na biblioteca
Responsabilidade	Assumir responsabilidade profissional para com o desenvolvimento da sociedade Assumir responsabilidade cidadã para com os princípios legais que regem o país
Compromisso	Assumir compromisso com o atendimento das demandas dos usuários
Solidariedade	Ser solidário com os colegas, mas sem acobertamento de condutas erradas

Fonte: Elaborado por Francisco das Chagas de Souza

Em relação ao objetivo proposto neste estudo, a comparação proposta sem prejuízo dos demais valores acentua *dignidade* (pelo valor da profissão), *responsabilidade* (para com o desenvolvimento da sociedade) e *compromisso* (para com o atendimento às demandas dos usuários). Desses, as questões levantadas nas entrevistas sobre maleficência e beneficência destacam o valor *compromisso*.

É preciso, contudo, considerar que esse compromisso é bastante difuso. Ao atender às demandas do usuário, o profissional não poderia, talvez, considerar encerrada a sua participação social sob a pena de esse valor pela postura assumida chocar-se com o valor responsabilidade. Para exemplificar, a entrega ao usuário de um determinado documento em atendimento à sua demanda daria segurança ao bibliotecário de ter feito o que devia, porém se o documento detém um conteúdo que transformado em ação por aquele usuário põe em risco a saúde e segurança da sociedade como ficará a moral bibliotecária diante do valor e postura responsabilidade (para com o desenvolvimento da sociedade?) São questões desse tipo que lançadas contra o Código de Ética atual, provavelmente apontarão sua defasagem para as questões que ocorrem no mundo do século XXI.

6 O DISCURSO DO BIBLIOTECÁRIO DE SANTA CATARINA CONFORME O AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A prática profissional do bibliotecário catarinense provavelmente não está destoante do que os demais bibliotecários façam no restante do país. O que se apresenta aqui é o que foi obtido, tratado e analisado no escopo do Programa de Pesquisa já referido no início, ao longo de seis anos de trabalho de investigação em três tipos diferentes de ambiente de trabalho bibliotecário.

Mostra-se de forma condensada, encabeçada pela respectiva pergunta como se manifestaram os profissionais que concordaram em responder. Primeiro, o que foi obtido daqueles que atuam na Biblioteca Pública. Segundo, o que se colheu no ambiente empresarial. Terceiro, o que foi levantado na Biblioteca Universitária.

6.1 Bibliotecários de biblioteca pública

Você acredita que na realização do seu trabalho, o modo como desenvolve suas atribuições pode implicar em prejuízos à outrem?

Não, **de maneira nenhuma, isso não, não tem como prejudicar.** As **dificuldades que todo mundo** tem, todas as **bibliotecas públicas** passam por isso. Às vezes até tu **pode prejudicar uma pessoa sem estar consciente.** Eu às vezes **posso afetar a pessoa em algumas coisas porque eu tenho que manter um certo controle.** Mas **tento seguir o mais correto possível.** Tenho uma preocupação **muito grande com a parte de ética.** Acho que **só os outros é que poderão julgar.** No meu usuário eu sinto que eu **faço de tudo pra satisfação dele.** Eu acho que **tento sempre fazer o melhor, pra dar a melhor informação possível.** O bibliotecário eu acho que a função dele é orientar, se eu negar a informação ou se eu estou dando uma informação não correta acho que vou estar prejudicando esse usuário.

6.2 Bibliotecários no ambiente empresarial

Quais benefícios e quais prejuízos o seu trabalho pode produzir sobre essas pessoas? Afeta positivamente ou negativamente?

Sempre **positivamente,** acrescenta informação, eles precisam de informação, e informação tá ligado a **gerar lucro.** Eles dependem dessa informação; a gente precisa ser **muito precisa** pra repassar as informações que eles pedem, pra **não haver erro** porque daí a gente passa errado e eles vão fazer errado também. Se colocar uma coisa que não tem, acho

que o usuário não vai achar. Conforme for o retorno do trabalho que eu realizar, isso pode tá afetando também o trabalho delas, como eu tô dando suporte informacional eu posso tá prejudicando o trabalho delas mais adiante. Quando eu tô prestando alguma informação ou fazendo algum trabalho relacionado à informação, **tenho que buscar o mais completo possível e da melhor forma**. Se houver qualquer erro, qualquer problema, de prazo, etc. eu sei que isso vai afetar diretamente. Também o tempo de recuperação das informações. Em uma pesquisa de localização de um assunto ou mesmo uma busca relacionada a um novo desenvolvimento, se não for um **trabalho bem organizado**, se não forem **confiáveis [as informações, isso]** vai **tirar o crédito da empresa** e também, pode **gerar complicações**. Pode **trazer prejuízo**, se essa busca, esse trabalho que eu desenvolver **não tiver qualidade**. Às vezes se faz toda uma pesquisa e se localiza alguma coisa que **não condiz** com a realidade do assunto que se está trabalhando. Por isso a gente faz bastante trabalho de entrevista com os pesquisadores, vai até a área, verificar o projeto, ver do que trata o projeto, pra poder dar um resultado **mais positivo possível**.

6.3 Bibliotecários de biblioteca Universitária

Diga qual o impacto social do seu trabalho, isto é, quais os benefícios e os males que pode produzir para a população.

Benefício é trazer conhecimento para as pessoas, a gente **tenta promover capacitações**, promover eventos, visita orientada, a gente chama os calouros, então a gente **tenta fazer um papel mais ativo**, esses alunos a gente **tenta resgatar**, e os professores também, com projetos de pesquisa, a gente **tenta sempre auxiliar** eles nesse processo. Acho que a biblioteca é a forma mais democrática de **permitir que as pessoas tenham acesso à informação**. O dever do bibliotecário é **tentar ajudar as pessoas a ter acesso à informação**. Nesse sentido é benefício pra sociedade porque nada vale ter uma biblioteca e essa ser um depósito. **Tem que permitir o acesso** e tem algumas coisas que às vezes a gente diz até não, porque tá no regulamento. Por exemplo, não pode levar a dissertação pro final de semana. Eu questiono até que ponto essa regra deve ser cumprida exatamente como tá. A pessoa precisando da informação e eu dizendo que não, que ela não pode levar a informação. Numa biblioteca **às vezes o que falta é boa vontade** das pessoas porque é impossível você pegar um usuário aqui e dizer “Não tem”. **Tem que saber e tem que ensinar**. Eu acho que se sair mal é só se eu orientar mal, dar uma informação equivocada, errada, pode acontecer, aqui tu trabalha com a informação, se der uma informação errada pode prejudicar alguém Mas eu nunca me lembro de ter passado por esse fato, às vezes a gente até **pensa que poderia ter**

feito melhor. Eu acho que **deveria conhecer todos os processos da biblioteca e eu não conheço**, pra ter mais condições de entender e informar o usuário. Acho que as pessoas não sabem da importância do bibliotecário, acham que bibliotecário é só atender o usuário, encontrar um livro na estante. Mas se eles foram usuários que frequentaram, vão lembrar que eles tiveram todo um aprendizado aqui aprenderam a usar a biblioteca, a usar os recursos, a conhecer. **Negativo, só se der uma informação errada ou equivocada**, aí a pessoa pode induzir a um conhecimento errado; **não atender bem o usuário, não me colocar no lugar do usuário, não tentar interpretar o que ele pede**, que muitas vezes ele tem dificuldade em expressar aquilo que ele pede, ter preguiça de levantar ali de trás da mesa e andar com o usuário pela biblioteca, ajuda-lo. Nesse caso **eu estaria fazendo um mal como bibliotecário se eu não estiver usando o meu conhecimento e as ferramentas que a gente tem pra ajudar**. Há um scanner aqui, por exemplo, que se escaneia um documento e envia pro teu email, você nem precisa levar o material pra casa, então, **eu vejo como eu tô ajudando**. Também **não imprimo quase nada, sou muito econômico, é menos poluição, menos árvore sendo cortada**. Aqui, **se eu deixar de atender**, se eu “guardar informações na gaveta” eu **vou tá jogando dinheiro fora**, investimento público. Acho que **é o meu papel, não atrasar o conhecimento** daquelas pessoas que tão necessitando.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se na seção precedente a (re)composição do discurso de três grupos de bibliotecários, assim constituídos pela localização do espaço de sua atuação profissional. Nesses espaços se percebeu a existência de particularidades ambientais, em termos humanos e sociais, em termos de missão da organização a ser atendida pelo bibliotecário e dos diferentes objetivos das pessoas inseridas nas organizações, bem como das organizações em si. Essa recomposição advém do resultado da análise feita sobre as manifestações obtidas dos bibliotecários a partir do contato da equipe de pesquisa com os mesmos. Nesse estágio do trabalho, em sua fase de fechamento, passa-se a ter a condição de apresentar uma apreciação sobre esses resultados, destacando-se a própria visão da equipe da pesquisa quanto ao que pensa o bibliotecário catarinense acerca de sua prática profissional, sobretudo pelo fato das três pesquisas terem empregado metodologia que procurou estimular a reflexão, o pensar alto e, por isso, a exposição do pensamento daqueles profissionais.

Pode-se afirmar que, comparativamente, os profissionais que atuam em bibliotecas públicas foram os que menos manifestaram preocupação com o impacto social do seu

trabalho, já que termos que denotam a percepção do valor da “responsabilidade” como “acesso a informação”, “direito a informação”, “igualdade de acesso” não são mencionados de forma explícita. Chama-se atenção para estes termos, pois os mesmos são comumente utilizados nos textos declaratórios que defendem a biblioteca pública como um espaço de livre acesso para a informação e o conhecimento. Além disso, observa-se uma postura de aceitação da condição da biblioteca pública, quando afirma: “As **dificuldades que todo mundo** tem, todas **as bibliotecas públicas passam por isso**”.

A preocupação central, presente no discurso do grupo profissional atuante em bibliotecas públicas, volta-se para o individual, e não para o coletivo social. Isso evidencia o valor do “compromisso” com o usuário, com o atendimento e a satisfação do mesmo de forma pontual, no atendimento às suas necessidades de informação. Ou seja, o usuário que for até a biblioteca pública será atendido, mas como esta apresenta, em muitos casos, limitações quanto a estrutura informacional que disponibiliza, há uma autoisenção desta responsabilidade por parte do profissional. Observa-se no discurso, por um lado, um esforço para atender ao usuário, fornecer informações corretas, agir eticamente no entendimento do grupo e por outro lado, uma falta de referencial ético claro, já que o discurso se contradiz, quando num primeiro momento afirma que não há como prejudicar, depois deixa essa noção evasiva, já que não se pode julgar ou se pode agir de forma inconsciente e por fim, afirma que ao repassar uma informação incorreta estaria prejudicando. Cabe notar o quanto seria oportuno um código de conduta na biblioteca pública permitindo aos profissionais que ali atuam realizar a discussão ética e da própria condição da biblioteca pública.

O bibliotecário ambientado no meio empresarial demonstra preocupação com os lucros da empresa e com sua competência profissional. Seu discurso é pautado na ética utilitária que suporta o desenvolvimento de uma sociedade capitalista. O utilitarismo orienta os pressupostos éticos empresariais e influencia diretamente a conduta ética do bibliotecário atuante nesse meio. Como resultado de seu agir e de suas práticas, observa-se que a oferta e o repasse das informações são regulados visando à obtenção de competitividade e a lucratividade para as empresas, ou seja: a correta oferta de informações para subsidiar estratégias e processos gerenciais ou a preocupação com manutenção do sigilo informacional, enquanto fator gerador de vantagem competitiva das organizações.

Por outro lado, no seu discurso, o coletivo pesquisado deixa claro que não há espaço para discussão ou questionamento dos valores da empresa, sendo que a conduta ética empresarial prevalece e determina sua conduta; o que sugere passividade e aceitação da realidade. Os bibliotecários no ambiente empresarial, bem como os profissionais de diversas

áreas, desenvolvem suas atividades buscando o benefício da empresa, garantindo, dessa forma, seus próprios benefícios como meio de sobrevivência e estabilidade numa sociedade cujas mudanças tecnológicas e intermitências da flexibilidade capitalista precarizam o emprego. Em parte, isso se explica quando se compreende que em um contexto social condicionado pela economia capitalista, os indivíduos são socializados fortemente por valores pautados na competição e no individualismo, havendo assim, um natural obscurecimento em torno do entendimento e da reflexão sobre a conduta ética e sobre a responsabilidade do seu papel social.

Os bibliotecários do meio universitário zelam pelo cumprimento de suas funções, principalmente pela disponibilidade informacional, mas também sem aprofundamento reflexivo sobre o impacto social da prática profissional que exercem. Seu discurso expõe representações ancoradas na ética deontológica, levando o interlocutor a entender que o cumprimento do dever profissional é respeitado, embora a reflexão de seus fundamentos éticos não seja exercida. Assim o discurso coletivo dos bibliotecários no âmbito universitário é pouco seguro, especialmente pela recorrente disposição de “tentar” produzir ações, repetindo várias vezes em seu discurso o termo “tentar”. Parece que esse grupo entende ser a ética um conjunto de normas e não o conjunto de práticas que continuamente refletidas estabelece os fundamentos de uma ação, e que, ainda por reflexão, produz o aperfeiçoamento dessa ação. É com o estabelecimento dos fundamentos da ação que se poderá reconhecer as boas práticas, distinguir o bem fazer e o mal fazer. O que parece é que há no grupo uma disposição em seguir normas sem mesmo considerar que antes de segui-las é preciso avaliá-las, julgá-las, reconhecer a sua origem e adequação à ação que será posta em prática.

Chama a atenção no conjunto dos discursos advindos dos três grupos, a forte rejeição da potencial produção de mal. Se este é produzido ele decorre de um ato não consciente. Mas como isso é possível, por exemplo, no ambiente da biblioteca pública se ela não conta com todos os recursos que a sociedade necessita, ou na biblioteca da empresa em que o objetivo é o resultado econômico a ser conseguido, ou na biblioteca universitária em que as estruturas estão claramente defasadas seja orçamentariamente, seja no alcance da coleção, seja em relação a horários de atendimento à população, etc.?

Parece existir além do discurso ingênuo nos três grupos, o discurso desinformado, o discurso irrefletido. E essa não reflexão será um grande problema para o bibliotecário, pois a reflexão é necessária sempre, já que a sociedade se transforma continuamente e com ela também devem se transformar as próprias práticas bibliotecárias e que, por isso, ao ter que refazer posturas de trabalho, o bibliotecário terá que submeter questões ao universo do saber

ético. Ou, pergunta-se, é possível que tudo mude, mas os princípios norteadores da prática profissional permaneçam os mesmos? Quando nada, ao menos para saber se esses princípios ainda são úteis, terá que ser realizada a reflexão. E nesse sentido, se esta corresponde também a um bem agir, percebe-se nos discursos se não um mal agir nesse sentido, como uma intenção, um mal agir que decorre de um ato involuntário, isto é, de uma displicência no sentido de agir diferente ou ativamente.

Como mais um traço final, revelado no conjunto dos discursos, outra evidência é de que o próprio CEBB (2002) é pouco reconhecido nas manifestações que deram os termos para o DSC obtido. Não é o caso de se perguntar se essa relativa indiferença do bibliotecário ao CEBB não estará apontando para a discussão da eficácia de um Código genérico para orientar a conduta do profissional que atua para organizações e públicos tão distintos? Pode um Código ser suficiente para dar as diretrizes de atuação do bibliotecário que atua com públicos e mantenedores tão diferentes quanto os da comunidade pública, que é aberta por princípio, da comunidade empresarial, que é fechada e particular no âmbito de cada empresa e da comunidade universitária que, em geral, lida com mantenedores distintos e públicos de várias naturezas: aprendentes – submetidos à formação em vários níveis e área de conhecimento: graduandos, mestrandos, doutorandos; ensinantes – relacionados a distintas profissões e distintos campos de conhecimento; pesquisadores – comprometidos com agências de fomento, associações científicas, etc., vinculados à atividade de produção de conhecimento?

REFERÊNCIAS

- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BRASIL. **Constituição Federal**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.
- CHRISTIANS, Clifford G. Information Ethics in a Complicated Age. In: LANCASTER, F. W. (ed.). **Ethics and the Librarian**. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 3-17.
- CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Dispõe sobre o código de ética do Conselho Federal de Biblioteconomia. Resolução CFB N. 42, de 11 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2002. Seção 1, p. 64. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/215/1/Resolucao_042-02.pdf>.
- DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>.

DURKHEIM, Emile. A moral profissional: primeira lição. In: DURKHEIM, Emile. **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 9.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Ed. 70, 2008.

ELIAS, N. **Processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2 v.

ELIAS, N.; SCHROTER, M. **A sociedade dos indivíduos**. Lisboa: D. Quixote, 1993.

HOBBS, Thomas (1588-1679). **Do cidadão**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Discurso do sujeito coletivo**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Educs, 2005.

MANIFESTO da biblioteca escolar IFLA/UNESCO. 1999. Disponível em: <<http://www.ifla.org.sg/VII/s11/pubs/portg.pdf>>.

MANIFESTO da Unesco sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich (1844-1900). **O anticristo**. Trad., notas e apres. de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2012.

PIZARRO, D. **Ética Profissional do bibliotecário atuante no segmento empresarial de Santa Catarina**. 2010. 253f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: _____ POUPART, J. et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215-254.

RASCHE, F. **Ética em bibliotecas públicas: representações de ética de profissionais da informação bibliotecários**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SHIELDS, Gerald R. The FBI creates an awareness of librarian ethics: an opinionated historical review. In: LANCASTER, F. W. (ed.). **Ethics and the Librarian**. Urbana-Champaign, Illinois: University of Illinois, Graduate School of Library and Information Science, 1991. p. 19-30.

STUMPF, K. **Ética em bibliotecas universitárias: representações expressas no discurso de bibliotecários**. Florianópolis, 2012. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. (no prelo).